



OBSERVADOR RURAL

Nº 110

Abril DE 2021

**POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO DE
MOÇAMBIQUE:
QUAL É O GATO ESCONDIDO?**

João Mosca

O documento de trabalho (*Working Paper*) *OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento.

RESUMO

O texto pretende analisar alguns dos aspectos essenciais da gestão da política monetária (creditícia e de taxas de juro, oferta monetária e reservas obrigatórias dos bancos comerciais junto do banco central – base monetária -, cambial e reservas internacionais). O estudo cobre o período 2000-2021 com ênfase para a crise a partir de 2016. Tendo em conta o período analisado, tem importância as funções da gestão monetária relacionadas com ciclos curtos da economia (com coincidência em ciclos políticos) e a coordenação com a política fiscal, focalizando-se nos efeitos sobre a economia real (crescimento económico, dívida pública, importações e exportações, crédito, pobreza, entre outras).

Em síntese, o Banco de Moçambique tem tido uma política monetária conservadora (excessiva para alguns analistas), cautelosa (reserva monetária e reservas internacionais elevadas), supondo a defesa da solvabilidade e robustez do sistema financeiro nacional. A gestão da política monetária visa, em primeiro lugar, assegurar os equilíbrios nominais da economia e tem sido, em alguns períodos, penalizadora da economia real (crescimento económico, rendimento per capita médio, exportações e importações, competitividade da economia) e não tem contribuído para a transformação estrutural da economia e maior equidade social. O Banco Central e os bancos comerciais têm financiado a galopante dívida pública interna em prejuízo das empresas e das famílias.

Tem actualidade a recente forte depreciação e apreciação do metical que reflecte a gestão rígida e conservadora do Banco Central, que tem por objectivo principal assegurar a inflação baixa, independentemente dos efeitos na economia real. Além dos referidos no texto, a volatilidade cambial recente provoca/acrescenta interrogações no empresariado, riscos da economia, distorções no mercado de divisas e nos mercados de bens e serviços, incoerências com a política orçamental/fiscal.

Finalmente, como explicar esta política monetária rígida e aparentemente contraditória na gestão dos seus instrumentos, ou mesmo incompetente e nefasta para a economia? Três hipóteses ou uma combinação das duas: a primeira, a obsessão dogmática, teórica e metodológica, do primado da estabilidade para depois crescer com sacrifício dos cidadãos, utilizando instrumentos directos de gestão (taxas de juro e de câmbios); e/ou, a segunda, uma super cautela pelos riscos da economia (conflitos, COVID-19, imagem do país e consequências nas relações políticas, económicas e comerciais externas). Finalmente, uma terceira hipótese não revelada (o "gato escondido"): as reservas externas e internas são elevadas para conseguir cobrir prováveis custos resultantes das dívidas ocultas (ou outras não conhecidas/ou ainda "ocultas"), custos da guerra em Cabo Delgado e o adiamento de receitas dos recursos gás e de outros recursos naturais *sine día*. Ou será também incompetência do Banco de moçambique? Why not?

POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO DE MOÇAMBIQUE: QUAL É O GATO ESCONDIDO?

1. INTRODUÇÃO

Considera-se que a política monetária tem um papel importante para a estabilidade macroeconómica, para impulsionar o crescimento económico com transformação estrutural e mais equidade social, contribuir para aumentar a competitividade da economia, assegurar uma distribuição intersectorial e territorial de recursos para um desenvolvimento equilibrado¹. Porém, os objectivos acima somente poderão ser alcançados com políticas económicas e publicas (orçamento, sobretudo os gastos em investimento público, subsídios, gastos com serviços e gestão da dívida pública) que convirjam ou compensem a componente monetária e num contexto de estabilidade política e social, pressupondo ainda relações externas complementares favoráveis. Os bancos centrais têm ainda como funções, e por definição, regular e inspeccionar o sector financeiro e responsabilizar-se por determinadas operações com o exterior e relacionadas com o Estado.

A gestão monetária dos bancos centrais é, em teoria, independente dos governos, funcionando também como *checks and balances* relativamente à política fiscal. A independência nunca é absoluta, existindo, porém, níveis/graus em realidades diferentes. Em Moçambique, o Governador é nomeado pelo Presidente da República (com prévia negociação com o FMI) e assiste às reuniões do Conselho de ministros.

O presente texto pretende analisar alguns dos aspectos essenciais da gestão da política monetária (creditícia e de taxas de juro, oferta monetária e reservas obrigatórias dos bancos comerciais junto do banco central – base monetária -, cambial e reservas internacionais) praticada pelo Banco de Moçambique e algumas relações com a economia real e verificar se e como a política monetária (isto é, o Banco de Moçambique) tem desempenhado algumas das funções acima referidas. Tendo em conta o período analisado, tem importância as funções da gestão monetária relacionadas com ciclos curtos da economia (com coincidência em ciclos políticos), obedecendo-se, em coordenação com a política fiscal, ao princípio de ser expansiva nas fases de recessão e restritiva nos períodos de recuperação/expansão económica.

Foram recolhidos os indicadores essenciais para a análise pretendida e calculado um conjunto de indicadores. Os dados são apresentados em gráficos com o objectivo de apresentar, descritivamente, a evolução das variáveis e das relações entre algumas delas, sobretudo entre variáveis nominais e da economia real. O período de análise é entre 2001 e 2020. Não é objectivo deste texto fazer uma análise detalhada do período após dívidas ocultas e em particular depois da pandemia em 2020.

Este trabalho não faz um enquadramento nem uma revisão teórica do tema. A utilização de metodologias econométricas poderá ser objecto de um trabalho posterior, o que atribuirá maior consistência às análises.

¹ A Lei Orgânica do Banco de Moçambique define como objectivo primário da política monetária a preservação do valor da moeda nacional, que se infere numa inflação baixa e estável. Na prossecução do seu objectivo, a Lei estabelece também que o Banco de Moçambique deve contribuir para os esforços do Governo visando a promoção do crescimento económico. Embora refiram as variáveis-objectivo principais, não há referência aos instrumentos e outras funções de um Banco Central, conforme referido no parágrafo

Além da introdução, o texto tem mais quatro secções. Na segunda, definem-se os conceitos/variáveis utilizadas. A secção três apresenta os gráficos e respectivos breves comentários. Na secção quatro faz-se uma muito breve análise da política monetária depois da crise da dívida e em particular com o aprofundamento dessa crise devido à COVID-19. A última secção é um resumo.

2. CONCEITOS

Apresentam-se os conceitos monetários utilizados neste texto e como se estabelecem ou se calculam (apresentados em sequência alfabética):

- **Base monetária:** é constituída pelo volume de dinheiro criado pelo Banco Central sob a forma de moeda (em papel ou metal) em poder do público, moeda em circulação + depósitos à ordem) e pelas reservas em poder das entidades financeiras ou depositadas no Banco Central (compulsórias e voluntárias) . A partir dessa base monetária, o sistema bancário, através dos créditos concedidos, cria moeda escritural e, portanto, aumenta a oferta de moeda, que constituem meios de pagamento ao dispor.
- **Reservas bancárias:** o Banco Central determina que os bancos comerciais e outras instituições financeiras depositem, junto ao Banco Central, uma percentagem do total dos depósitos angariados. No presente momento, as taxas determinadas pelo BM são de 11,5% para depósitos em moeda nacional e 34,5% para depósitos em moeda estrangeira
- **Reservas Internacionais Líquidas (RIL):** os montantes das RIL, correspondem, segundo o Banco de Moçambique, ao valor para a cobertura das importações de bens e serviços não factoriais, quando excluídos os grandes projectos. Mede-se em dólares e é geralmente apresentado como o período de tempo que as reservas são suficientes para a cobertura das importações. Geralmente correspondem a entre 3 e 4 meses de importações.
- **Taxa de abertura da economia:** ou simplesmente taxa de abertura, mede o peso do sector externo na formação do PIB. É calculado pela expressão $(\text{exportações} + \text{importações}) / \text{PIB}$.
- **Taxa de câmbio:** a taxa de câmbio de referência do mercado cambial é obtida através da média simples das taxas de câmbio cotadas pelos bancos, e apuradas nos seguintes períodos: às 09h30, com base na informação reportada no intervalo das 09h00 às 09h15; às 12h30, com base na informação reportada no intervalo das 12h00 às 12h15; e, às 15h30, com base na informação reportada no intervalo das 15h30 às 15h15.
- **Taxa de cobertura:** mede em que medida as receitas das exportações são suficientes para pagar as importações. É calculada pela divisão dos valores entre exportações e importações e o indicador é expresso em percentagem.

- **Taxa de juro MIMO:** é a taxa média de juro medida pelo volume das operações efectuadas no Mercado Monetário Interbancário para o prazo de vencimento de um dia útil (prazo *overnight*), nomeadamente (1) as operações à taxa de juro de política; (2) as operações entre bancos e (3) as operações de permutas de liquidez. O Indexante Único é calculado mensalmente pelo BM. Esta taxa uniformiza a base de cálculo do indexante único que, por sua vez, serve para o cálculo da *prime rate* do sistema financeiro e para a fixação das taxas de juro variáveis a serem acordadas pelas instituições de crédito e sociedades financeiras no âmbito da contratação de operações de crédito.

As taxas de juro e de câmbio apresentadas nos gráficos referem-se às médias anuais (excepto quando mencionada outra opção).

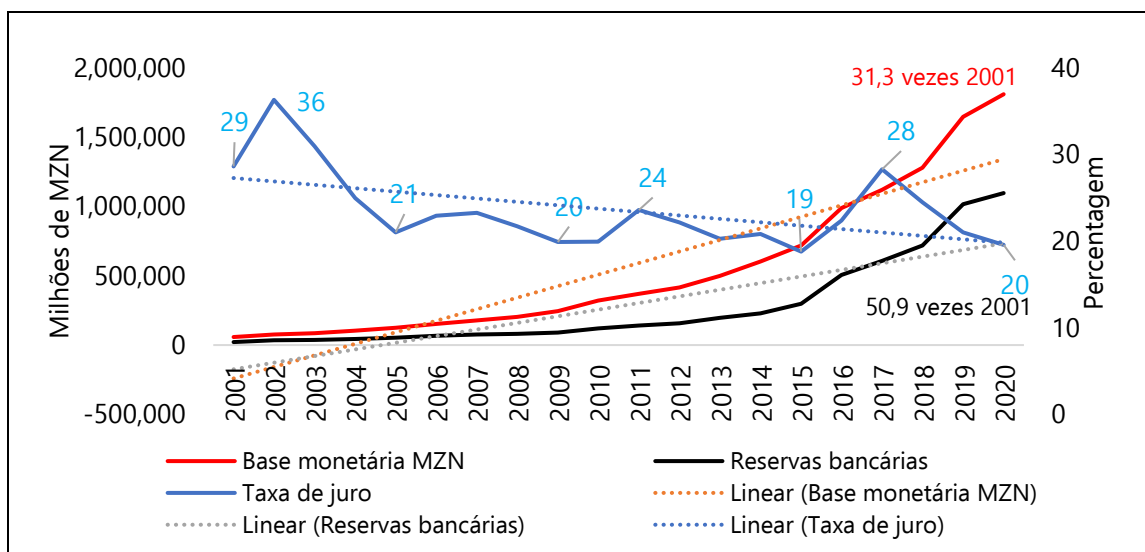
3. APRESENTAÇÃO DE DADOS E BREVES COMENTÁRIOS

O gráfico 1 revela um crescimento rápido da base monetária. Paralelamente, a taxa de juros tem uma tendência decrescente ao longo do período, o que parece coerente, embora o ritmo de aumento da base monetária seja muito superior (veja os ângulos das linhas de tendência). Isto significa que os factores que influenciam a taxa de juros são principalmente outros que não a quantidade de moeda (*ceteris paribus*-mantendo os outros factores constantes) disponível a curto prazo na economia.

As linhas de tendência revelam, sobretudo a partir de 2010 e em particular após 2014/15, um aumento rápido da base monetária, embora a um ritmo superior ao do aumento das reservas obrigatórias dos bancos comerciais junto do Banco Central. As taxas de juro decrescem até 2010 seguindo-se uma elevação das mesmas, durante dois a três anos, e um aumento importante em 2017/2018, mantendo-se em níveis elevados (na perspectiva da poupança e do investimento). Isso pode significar que a moeda não é disponibilizada para crédito às empresas e às famílias (veja mais adiante no gráfico 7, crédito à economia e à agricultura)².

² Pode-se confirmar esta afirmação no seguinte link: https://www.bancomoc.mz//fm_pgLink.aspx?id=222, Estatísticas do Crédito, Por Finalidade - Janeiro de 2021

Gráfico 1 Instrumentos de gestão da política monetária (Base monetária, reservas bancárias e taxa de juro)



Nota: Escala da esquerda para as reservas bancárias e base monetária e escala da direita para a taxa de juros.

Fonte: Banco de Moçambique.

O gráfico 2, revela uma evolução quase paralela entre as importações e exportações, com um menor crescimento das receitas das exportações. As importações crescem mais rapidamente, agravando o défice e a capacidade de pagamento das importações pelas exportações.

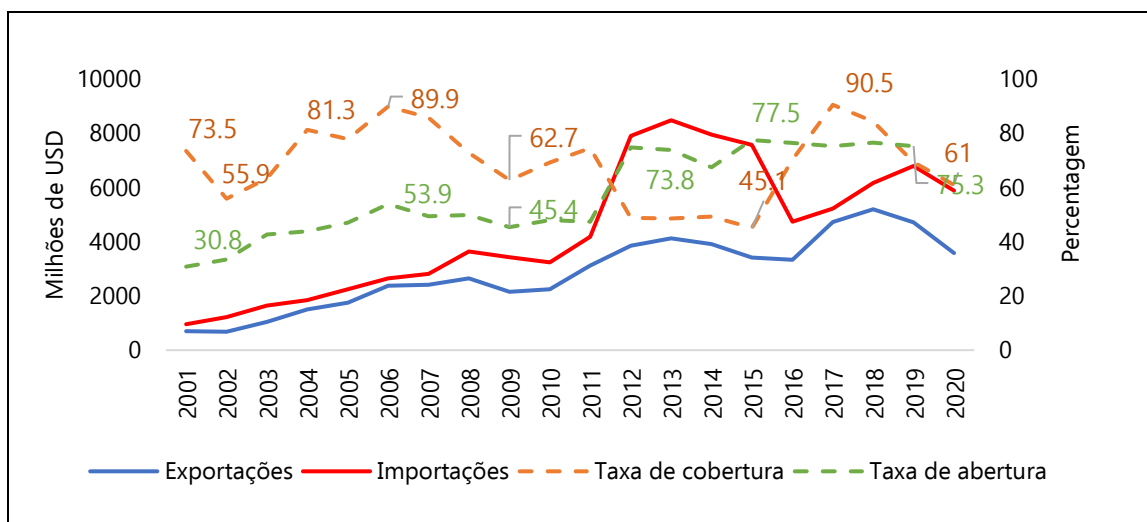
As taxas de câmbio e as importações, ao longo dos 20 anos, possuem uma tendência no mesmo sentido (subida, isto é, crescimento das duas variáveis), embora as importações cresçam a ritmos mais elevados (veja inclinação das duas linhas de tendência). A curto prazo, na maioria dos subperíodos entre 2001 e 2020, as duas variáveis oscilam em sentido contrário, isto é a uma subida as taxas de câmbio correspondem a descidas das importações e vice-versa, o que confirma a teoria. De salientar que as taxas médias anuais de câmbio não reflectem os picos das flutuações cambiais, o que pode ter efeitos sobre as importações e os momentos das respectivas operações de pagamento. Igualmente, as variações de curto prazo (mensais) da taxa de câmbio têm influência sobre a inflação, bem como permitem medir os níveis de elasticidade da inflação, face às variações da taxa de câmbio (veja gráficos 3 e 4).

As reservas internacionais evoluem no mesmo sentido (aumento), tendo como objectivo garantir a capacidade de pagamento de Moçambique das transacções comerciais extraordinárias assim como para acudir a compromissos e a gastos em divisas causados por situações anómalas (crises económicas, conflitos, dívidas ocultas, quebras dos preços de produtos exportados e de entrada de capitais por investimentos suspensos, e outras). No entanto, muitos economistas argumentam ser uma reserva cautelar muito elevada, sendo das maiores do mundo. Esta opção pode significar uma elevada cautela/receio sobre os riscos da economia moçambicana atrás referidos.

Sobre o volume das reservas obrigatórias em meticais e em moeda externa dos bancos comerciais junto do Banco Central, Tibana (2021: 11)³ afirma: “Se, por exemplo, alguém vai depositar 100 meticais no banco comercial, este terá que ir depositar 34,50 meticais no Banco Central (tratando-se de depósito em moeda estrangeira) ou 11,50 (tratando-se de depósito em moeda nacional), o que é extremamente duro para a economia. Este instrumento foi usado de uma maneira bruta a partir de 2015, como forma de rapidamente se ganhar um certo controlo da situação monetária do país na sequência da crise financeira e económica despoletada pelas dívidas ocultas”. Actualmente, no caso de Moçambique, as reservas internacionais correspondem a cerca de 7 meses de importações, praticamente o dobro do que é geralmente praticado.

Numa outra perspectiva, as reservas obrigatórias externas podem encontrar justificação nas condições impostas pela Lei Cambial que limita o crédito em moeda externa e no facto de os bancos manterem os depósitos em moeda externa nos bancos correspondentes (sedes nos países dos “bancos-mãe”) fora do país. Porém, poderiam existir outras formas de regulação.

Gráfico 2 Instrumentos de gestão da política monetária e sector externo
(Exportações e importações, taxa de cobertura e taxa de abertura)



Nota: Escala da esquerda para a taxa de câmbio de média anual e escala da direita para as outras três variáveis.

Fonte: Banco de Moçambique.

Os gráficos 3 e 4 mostram o referido anteriormente: em períodos de curto prazo, a evolução dos indicadores sugerem haver uma forte correlação entre as variáveis taxas de câmbio e inflação. Isto é, as taxas de câmbio são um importante instrumento de gestão⁴, não só do comércio externo, mas também de controle da inflação. Observa-se, em grande parte dos subperíodos da série

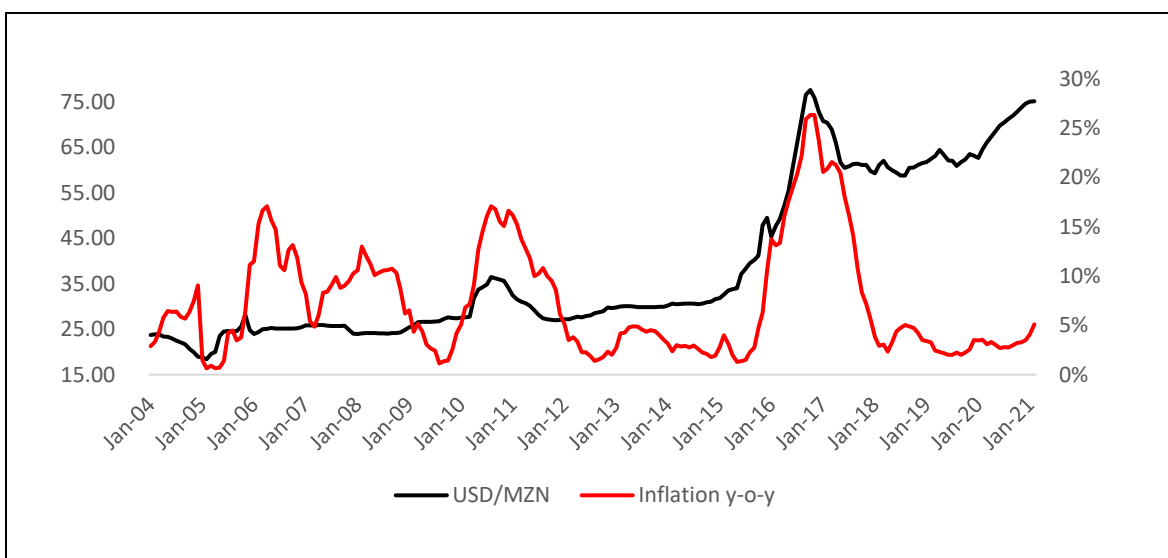
³ Apresentação de Roberto J. Tibana no Webinar sobre política monetária e publicada no Observador Rural N° 107, Março de 2021, com o título: *Por uma política monetária ajustada à economia real em contexto de crise. Humildade é sabedoria*. Observatório Rural. Maputo.

⁴ Numa economia de mercado a taxa de câmbio não constitui um instrumento, pois não é definida administrativamente, mas resulta de um índice que reflecte a balança de pagamentos e outras variáveis. Porém, existem formas indirectas de intervenção no mercado cambial (como, por exemplo, a injeção ou retirada de divisas do mercado) que influenciam, à posterior, a taxa de câmbio.

2001-2020, uma relação directa e positiva (variações com o mesmo sinal) entre as taxas de câmbio e a da inflação, e que esta última tem reacções fortes e rápidas às variações das taxas de câmbio. No entanto destaca-se que após as dívidas ocultas, existe um comportamento atípico, isto é, a inflação nem sempre acompanhou a depreciação do metical.

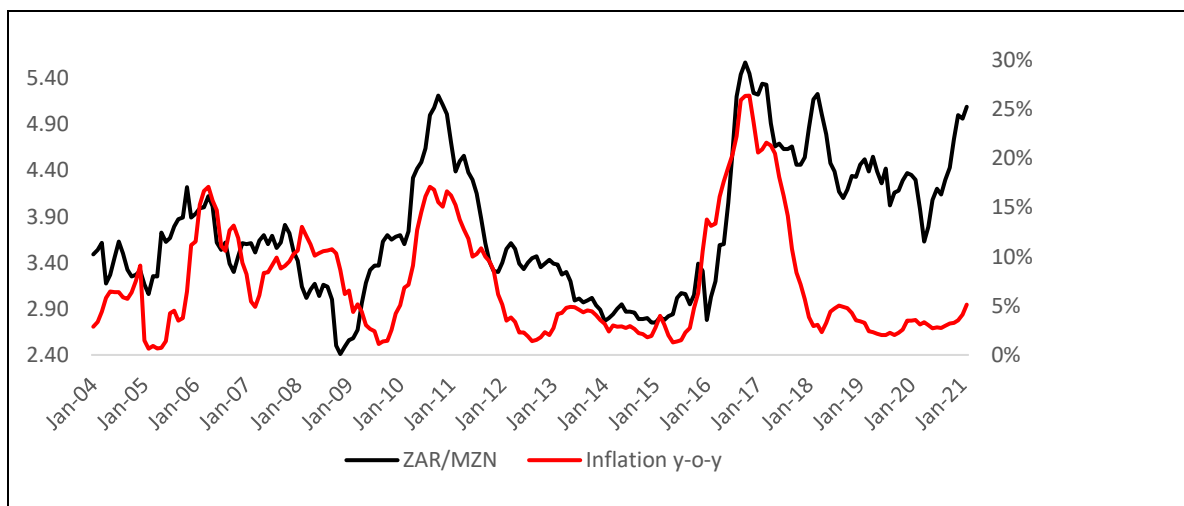
Apresentam-se dois gráficos 3 e 4 (câmbio do USD e do Rand - ZAR), pois ambos têm importância para a importação de bens diferentes: no primeiro caso, para combustíveis, equipamentos e produtos alimentares básicos (arroz e trigo), e o rand, para a importação de outros bens alimentares.

Gráfico 3 Evolução da taxa de câmbio (USD) e da inflação



Fonte: Banco de Moçambique, compilado por FX Consulting.

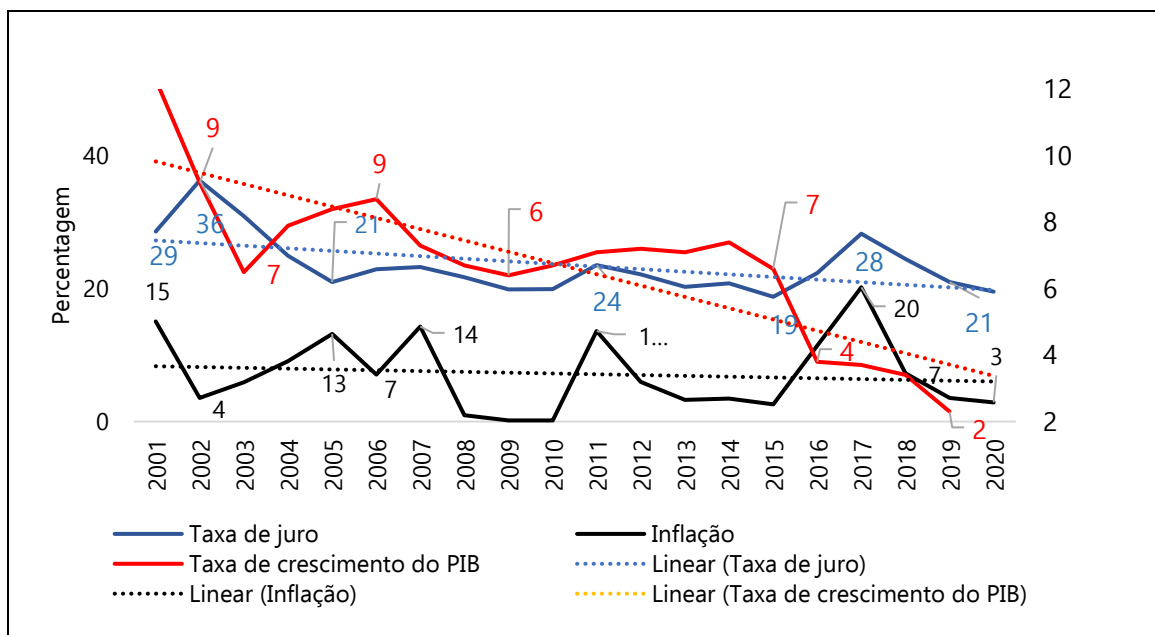
Gráfico 4 Evolução da taxa de câmbio (Rand) e da inflação



Fonte: Banco de Moçambique, compilado por FX Consulting.

No gráfico 5, verifica-se que as taxas de juro acompanham a inflação, mas com importantes diferenças, alcançando, em alguns anos, entre 10% e 15%. Não é perceptível, graficamente, uma relação inequívoca entre taxas de juro e crescimento económico, mas existe alguma relação positiva entre taxas de juro e inflação⁵. Observa-se que os momentos de variações mais significativas do crescimento foram influenciados por factores externos: grandes investimentos (Mozal nos primeiros anos; carvão nos finais da primeira década; e a dívida ocultas depois de 2016).

Gráfico 5 Taxa de juro, Inflação e Taxa de crescimento do PIB

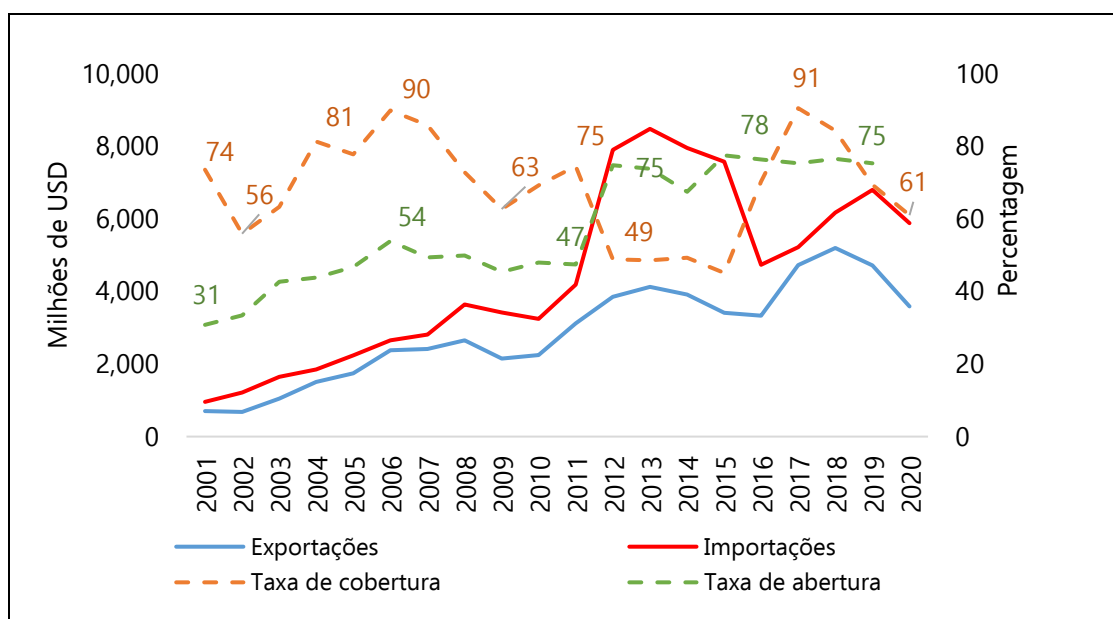


Fontes: INE para a inflação e taxa de crescimento do PIB; Banco de Moçambique para a taxa de juro de mercado.

O gráfico 6 revela que a taxa de cobertura nunca ultrapassou os 91% e as exportações chegaram de representar menos de metade das importações (entre 2012 e 2015), agravando sistematicamente o défice da balança comercial. A taxa de abertura da economia é, na maioria dos anos estudados, acima de 50%, tendo alcançado valores entre 70% e 75% a partir de 2015. Isto significa que as relações externas têm um elevado peso na formação do PIB. Este aspecto é mais acentuado quando as importações são sistematicamente superiores às exportações, o que reconfirma que Moçambique possui uma economia fortemente dependente do exterior: importa principalmente maquinaria, materiais de construção, combustíveis e cereais, e exporta sobretudo alumínio, carvão, energia e tabaco.

⁵ Segundo Fisher, uma taxa nominal mais alta que a de equilíbrio torna a taxa de juros real temporariamente maior, o que desestimula a atividade económica e, conseqüentemente, desacelera a inflação. Uma taxa nominal mais baixa que a de equilíbrio torna a taxa de juros real temporariamente menor, gerando maior dinamismo na economia, que se reflete no aumento de preços. Estes, são os conhecidos efeitos d Fisher. Pode-se constatar que no caso de estudo, este efeito não está presente na maior parte do período.

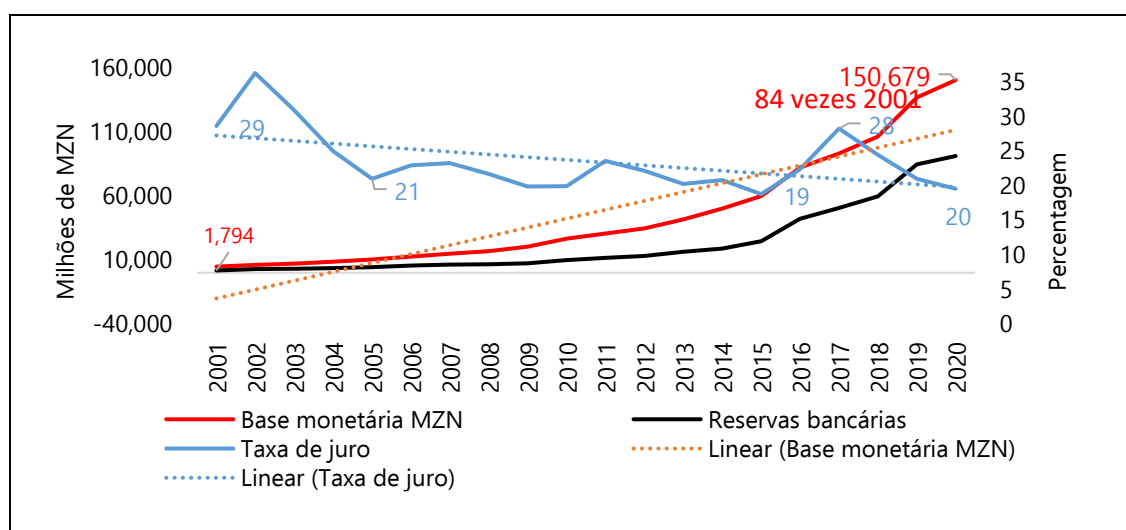
Gráfico 6 Exportações, importações, taxa de cobertura e taxa de abertura



Fonte: Banco de Moçambique.

No gráfico 7, constata-se que os valores da base monetária acompanham o volume das reservas bancárias. Destaca-se que a base monetária, entre 2001 e 2020, aumentou 83 vezes em termos nominais de cada ano. O aumento das reservas obrigatórias dos bancos comerciais junto do Banco Central e o financiamento da dívida pública interna podem justificar esta atipicidade⁶.

Gráfico 7 Instrumentos de gestão da política monetária e sector externo (Base monetária, reservas bancárias e taxa de juros)



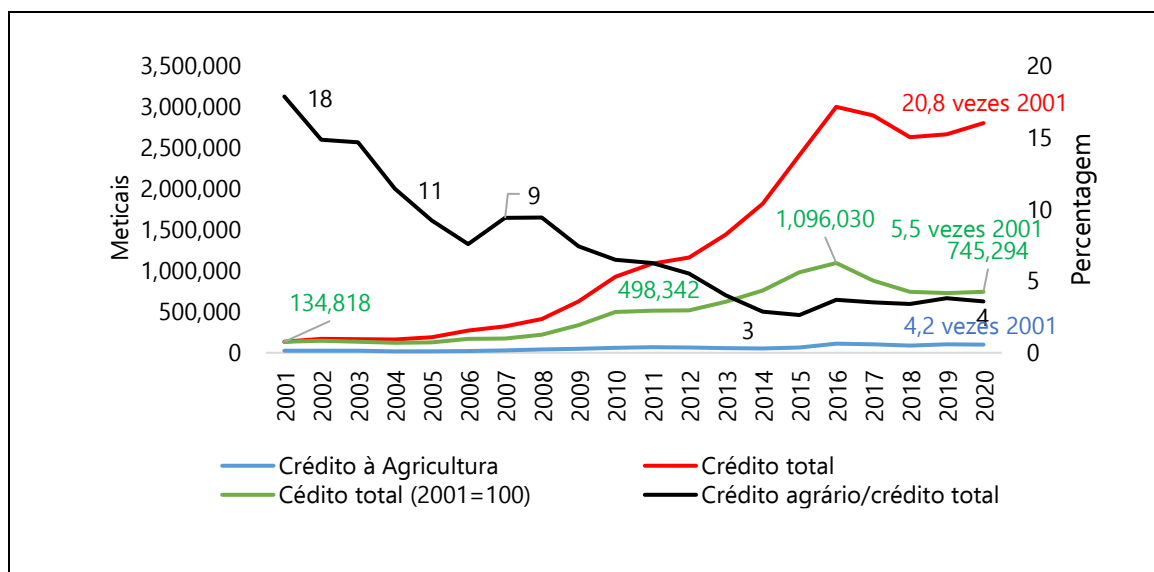
Nota: Escala da esquerda para Base monetária, reservas bancárias e escala da direita para taxa de juros.

fonte: Banco de Moçambique.

⁶ O financiamento da dívida pública e das reservas obrigatórias, retiram moeda do mercado (para financiamento das empresas e das famílias), aumentando a taxa de juros, apenas acessível a algumas actividade de elevada lucratividade e.

O gráfico 8 revela que existe um forte aumento do crédito em termos nominais à economia, sobretudo a partir de 2009/2010 e que decresce depois de 2016, período em que a base monetária aumentou, tal como as reservas obrigatórias em meticais e a dívida pública interna financiada sobretudo pelo Banco de Moçambique e pela banca comercial. Em termos reais a preços de 2001, o crédito total à economia aumentou cerca de 5,5 vezes. Em termos nominais, o crédito total à economia cresceu 20,8 vezes, enquanto o crédito à agricultura aumentou em 4,2 vezes. Esta evolução, retirou recursos para o crédito à economia e famílias. Destaca-se no gráfico, o rápido decréscimo do crédito à agricultura (base do desenvolvimento económico e social), enquanto proporção do crédito total à economia.

Gráfico 8 Crédito à economia e à agricultura



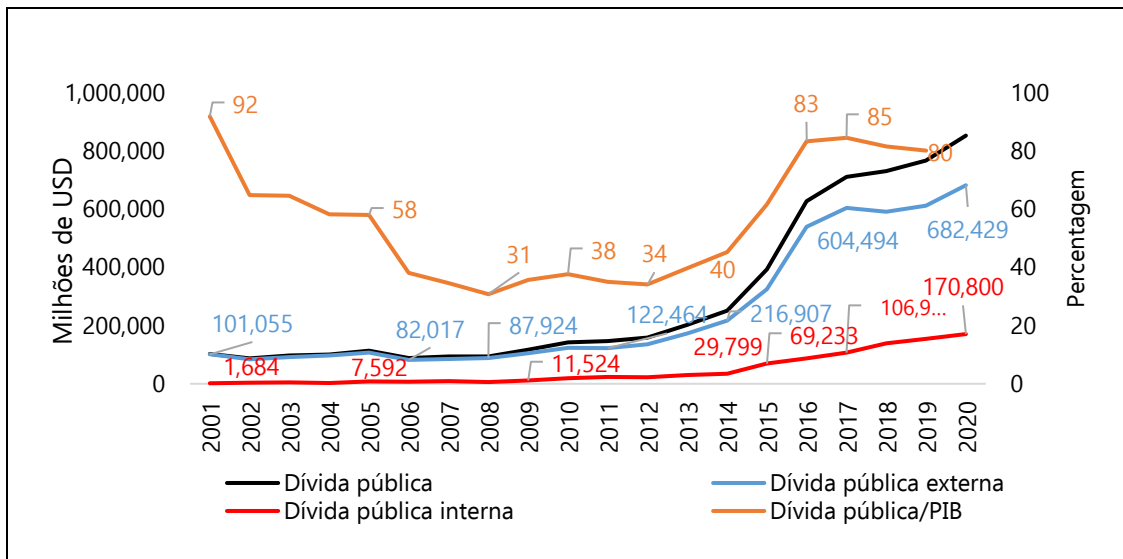
Nota: a linha vermelha representa o crédito total à economia em termos nominais

A linha azul representa o crédito à agricultura em termos nominais.

Fonte: Banco de Moçambique

Observa-se no gráfico a seguir, um forte crescimento da dívida pública, sobretudo depois da primeira década em análise. Embora partindo de bases com valores muito diferentes, a dívida interna cresceu, entre 2001 e 2020, perto de 170 vezes, enquanto a dívida externa aumentou, no mesmo período, em cerca de 6,8 vezes. As fontes oficiais indicam que a dívida total representava em 2001, cerca de 92% do PIB, tendo decrescido até 34% em 2012, voltando a subir para mais de 80% depois de 2016. Porém, segundo as organizações internacionais especializadas, a percentagem da dívida pública sobre o PIB é bastante superior. Segundo a World Trade Organization (WTO), a percentagem era, nos primeiros anos do século, de entre 80 e 90%, tendo baixado para entre 40% e 50%, no período de 2006 e 2013, e, depois, começou a subir alcançando mais de 110% após 2016. Para além do aumento das despesas, das "dívidas ocultas", da redução do investimento externo e da entrada de capitais (por exemplo, da cooperação), contribuiu também a forte depreciação do metical que, em 30/12/2013, a moeda dos EUA equivalia 30 meticais, depreciando-se em cerca de 250% até 31/12/2020.

Gráfico 9 Dívida pública

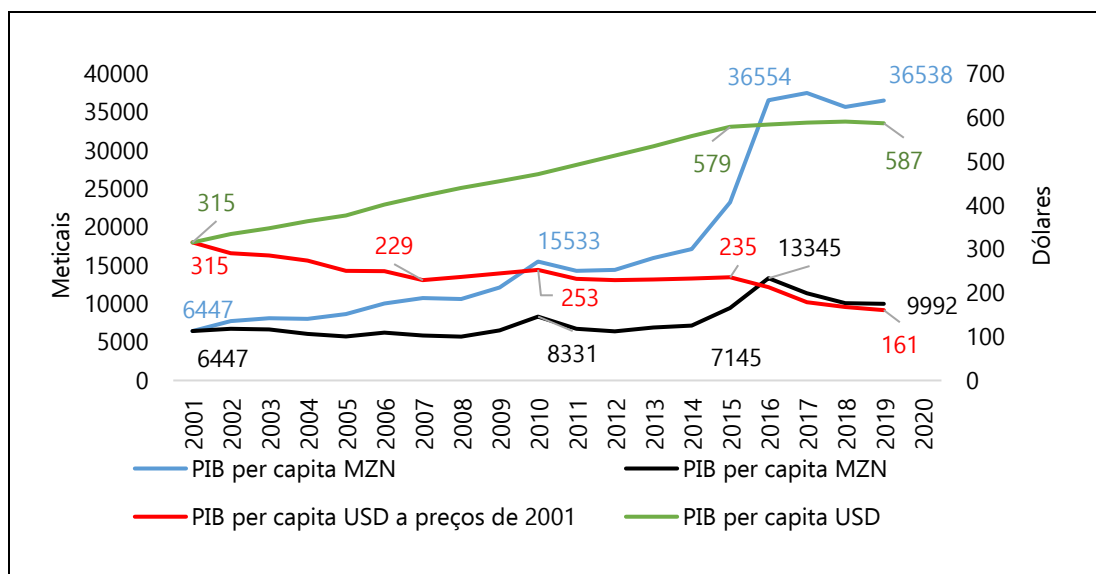


Nota: Escala da esquerda para os três tipos de dívida pública (interna, externa e total) e escala da direita para a percentagem da dívida pública total sobre o PIB.

Fonte: Banco de Moçambique para dívida pública externa em dólares e MEF para dívida pública em meticais.

O gráfico 10 apresenta a evolução do PIB *per capita* em meticais e dólares americanos, considerando a sua valorização anual e a preços de 2001. Desta forma, verifica-se os efeitos corrosivos da inflação e da taxa de câmbio, durante vinte anos. Pode-se constatar que, em termos nominais, o PIB per capita de 2020, é 5,7 vezes superior a 2001 (39.538/6.447), mas que, em termos de preços de 2001, esse indicador é, em MZN, de 1,5 vezes (9.992/6.447) devido ao efeito erosivo da inflação. O PIB *per capita* de Moçambique em dólares (efeito taxa de câmbio) foi, em 2020, de 161 USD, e, em 2001, era de 315 USD, o que significa uma redução para cerca de metade.

Gráfico 10 PIB per capita a preços de 2001, em MZN e USD



Nota: a linha negra representa o PIB per capita em MZN, a preços de 2001, o que não está explícito no gráfico. A linha preta representa o PIB nominal.

Fonte: INE para o PIB em meticais e Banco de Moçambique para PIB em dólares.

Quadro 1 Evolução da taxa de câmbio Meticais por dólar americano

Período	2001-2005	2006-2010	2011-2015	2016-2020
MZM por USD	20-23	25-27	29-40	63-69

Fonte: Banco de Moçambique, compilado pelo autor.

No quadro acima, pode-se observar uma depreciação gradual nos primeiros dez anos e uma forte depreciação na segunda década e, em particular, após 2016, em consequência da crise das dívidas ocultas. É fácil concluir que a gestão da taxa de câmbio é fundamental para a economia, as empresas e os cidadãos. Embora os contextos económicos e externos não tenham sido favoráveis, parece evidente que os principais efeitos coincidem, no tempo, com as crises provocadas principalmente em consequência de factores internos (dívidas ocultas e conflitos).

4. POLÍTICA MONETÁRIA EM TEMPO DE PANDEMIA

A pandemia aprofundou a crise da economia devido às dívidas ocultas que, por sua vez, foi um agravamento da tradicional crise do país, podendo ter períodos de expansão de alguns indicadores económicos.

Durante a pandemia, o Banco de Moçambique tomou opções controversas (como no contexto geral, em períodos mais longos como o estudado 2001-2020). Resumem-se as seguintes principais medidas do Banco de Moçambique:

- Aumentou as reservas obrigatórias e as reservas internacionais;
- Aumentou periodicamente a taxa de juro de referência;
- Do que se sabe, não emitiu moeda (meticais) para fins creditícios nem injectou divisas no mercado cambial para sustentar em tempo oportuno, a depreciação do metical.;
- Disponibilizou 500 milhões de dólares aos bancos comerciais para pagamentos externos (para créditos aos agentes económicos em meticais) exigindo reembolsos em dólares o que foi recusado pelas instituições financeiras⁷.

O volume de crédito disponibilizado com a etiqueta de Covid-19 foram, essencialmente, por via de um banco estatal (Banco Único) com recursos muito limitados para as necessidades mais prementes. A entrega de dinheiro às famílias com graves dificuldades foi insignificante e terminada em poucos dias.

Estas opções foram em sentido contrário às praticadas na maioria dos países que mais sofreram com a pandemia que, em resumo foram as seguintes principais: (1) disponibilização de créditos e

⁷ “A linha de financiamento de 500 milhões de dólares criada com o objectivo de assegurar maiores disponibilidades de divisas do mercado e responder às necessidades de importação (...) de produtores essenciais, para mitigação e combate aos efeitos negativos do Covid-19, não está a surtir os efeitos desejados”, Presidente do Pelouro para a Política Fiscal da CTA, em, <https://www.rfi.fr/pt/mo%C3%A7ambique/20200424-mo%C3%A7ambique-empresas-em-dificuldades-por-causa-da-pandemia-de-covid-19>.

condições de pagamentos de impostos e juros à banca; (2) apoio social às famílias afectadas pelo desemprego e perdas de rendimento.

As medidas do Banco de Moçambique foram de pró ciclo em situação de crise, isto é, foram favoráveis ao agravamento da crise e contrárias à recuperação económica. O Banco Central reagiu tardiamente (tradicional rigidez das medidas), à depreciação do Metical e só a partir de Fevereiro/Março de 2021 (1 ano depois do 1º caso de COVID-19) é que começou a injectar divisas no mercado, fazendo baixar significativamente a taxa de câmbio.

As principais consequências foram as seguintes:

- Depreciação acelerada da taxa de câmbio (gráficos 3 e 4);
- Aumento de preços, sobretudo de bens essenciais (ver Boletins Mensais de preços – *Observatório do Meio Rural* – https://omrmz.org/omrweb/publicacoes_categoria/boletim/www.omr.mz);
- Aumento da dívida pública por efeito da desvalorização da moeda nacional (veja no gráfico 9).
- Perdas de rendimento das economias informais (estudo realizado para a cidade de Maputo)⁸.
- Aumento previsível da pobreza e das desigualdades⁹.
- Encerramento ou subactividade de muitas centenas de empresas e despedimento ou semi-despedimento de trabalhadores sem apoio social¹⁰.

⁸ Impactos da COVID-19 sobre os Agentes Económicos Informais na Cidade de Maputo. Flash 08, Covid-19, Junho 2020.

⁹ Mussagy e Mosca (2020). Micro-simulações dos impactos da COVID-19 na pobreza e desigualdade em Moçambique. Observador rural Nº 96, OMR, Maputo. <https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/or-96/>.

¹⁰ “O sector empresarial de Moçambique relatou uma perda de US\$ 453 milhões na primeira metade do ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, anunciou nesta quinta-feira a Confederação de Associações Empresariais de Moçambique (CTA).

.... disse que se a pandemia evoluir, as perdas podem chegar a US\$ 951 milhões até ao final do ano, o que será equivalente a 7% do PIB do país.

... no volume de negócios, o relatório indica que o nível de atividades empresariais caiu 65% no primeiro semestre de 2020" ...

... O sector de hotelaria e turismo está entre os mais atingidos pela pandemia, registando uma redução de 75% das atividades ...

... O relatório também revelou que as empresas foram forçadas a reduzir seus custos de produção, incluindo empregos em 30 mil contratos suspensos até junho, e que se a pandemia continuar, o número de empregos perdidos até dezembro pode ser de 63 mil, equivalente a 11% da população empregada do país.

..... uma perda de US\$ 453 milhões ...que se a pandemia evoluir, as perdas podem chegar a US\$ 951 milhões até ao final do ano, o que será equivalente a 7% do PIB do país.

.... no volume de negócios, o relatório indica que o nível de atividades empresariais caiu 65% no primeiro semestre de 2020",.

Em *Setor empresarial de Moçambique perde US\$ 453 milhões no primeiro semestre devido à COVID-19*.

http://portuguese.xinhuanet.com/2020-08/14/c_139289881.htm, 4 de Agosto de 2020.

5. CONCLUSÃO

Da análise efectuada pode-se constatar:

- O crescimento da economia e a evolução da base monetária revelaram-se muito diferentes entre si, o que significa que a disponibilidade de moeda não se reflecte na economia real. Em princípio, o aumento da base monetária tem três destinos principais: (1) maiores reservas obrigatórias dos bancos centrais junto do Banco de Moçambique; e, (2) financiamento do rápido crescimento da dívida interna, em momento de dificuldades de obtenção de dívida externa; e, (3) retracção ou baixo investimento interno.
- As reservas obrigatórias dos bancos comerciais junto do Banco de Moçambique, representam uma acentuada medida cautelar do Banco Central, supostamente com o intuito de assegurar maior solidez ao sistema financeiro moçambicano. Isso implica menos dinheiro disponível para crédito à economia. Muitos estudiosos afirmam serem reservas excessivas (das maiores do mundo, em termos percentuais). A manutenção das taxas de juro elevadas (muito acima da inflação) implica que somente os sectores de alta lucratividade, de retorno rápido do capital e de menores riscos, é que podem suportar taxas acima de 20%. Os bancos comerciais alcançam elevadas taxas de lucro e rentabilidade.
- As taxas de juro elevadas (como variável instrumental de gestão de política monetária principal) e a manipulação da taxa de câmbio têm como principal fim, manter a inflação como variável-objectivo principal, mesmo que em prejuízo da economia real.
- A taxa de câmbio tem momentos de elevada depreciação, mas, contrariamente ao expectável, existem reservas internacionais muito elevadas. Está demonstrado, estatisticamente, que uma depreciação do metical tem um efeito negativo quase imediato sobre a inflação, afectando, logicamente, a procura interna e o consumo e nível de vida, sobretudo dos mais pobres (PIB per capita). Ao longo do período (sobretudo nos últimos anos), o Banco de Moçambique reagiu tarde à depreciação do metical (como recentemente, a partir de Fevereiro de 2021) e fê-lo com o propósito de manter a inflação baixa.
- Embora a política monetária não seja, por si só, suficiente para o crescimento e transformação da economia com mais competitividade e equidade, o certo é que ela pode contribuir para esses objectivos. Ao longo dos 20 anos analisados, a economia pouco cresceu em termos reais e tem vindo a desacelerar (crescer a taxas sucessivamente mais baixas), a riqueza gerada por habitante pouco melhorou em meticais e reduziu para cerca de metade em dólares, a balança comercial deteriorou-se, a dívida pública, externa e interna, cresceu de forma galopante, a dependência externa aumentou (taxa de cobertura e de abertura) e a estrutura económica está cada vez mais afunilada e extrovertida. Segundo os dados da pobreza (IOFs/IAFs), embora a percentagem da população tenha decaído, o número de pobres tem aumentado significativamente. Segundo a mesma fonte, as desigualdades sociais têm aumentado.
- Contrariamente, a gestão da política e os indicadores da economia monetária revelam quão frágil é a económica moçambicana, a sua forte sensibilidade aos factores externos, bem como reflectem políticas públicas (sobretudo fiscais, dos mercados e de modernização do tecido produtivo e do Estado) ineficazes, incongruentes e que se anulam entre si.
- A crise iniciada (ou aprofundada) em 2016, principalmente em consequência das dívidas ocultas, provocou graves consequências sobre a economia moçambicana e a vida dos cidadãos.

- A actual política monetária: (1) sustenta um Estado muito pesado (aproximadamente 30% do PIB e uma elevada percentagem dos gastos com o pessoal – entre 10% e 12% do PIB, uma das mais altas do mundo; (2) financia uma dívida pública, uma política excessivamente expansiva entre 2010 e 2016 e faz cobertura (conscientemente ou não) à corrupção; (3) permite altos lucros aos bancos comerciais, apesar das elevadas reservas obrigatórias exigidas aos bancos comerciais, mas que são beneficiados pelas diferenças entre a inflação e as taxas de juro de depósito e de financiamento, pelo financiamento da dívida pública, pelos *spreads* praticados e pelo negócio de divisas (diferenças de taxas de câmbio de compra e venda de moeda externa).
- A política monetária tem-se revelado, em determinados períodos durante a série estudada, de pró-cíclica, o que contraria algumas correntes do pensamento económico e de política monetária. O objectivo principal, e possivelmente único, é o controlo da inflação, utilizando-se para o efeito os instrumentos da taxa de juros e da taxa de câmbio.
- A gestão da política monetária tem-se revelado: (1) rígida (as medidas de ajustamento são tardias em relação aos sinais da economia); (2) sem consideração pelas distorções e imperfeições dos mercados financeiros (mercado informal, desenvolvimento e fraca organização financeira das pequenas empresas que representam mais de 90% do tecido produtivo, desadaptação entre as condições de elegibilidade para aceder às linhas de crédito e bancarização da economia, etc.); (3) privilegia os equilíbrios macroeconómicos nominais com penalização da economia real.

Em síntese, o Banco de Moçambique tem tido uma política monetária conservadora (excessiva para alguns analistas), cautelosa (reserva monetária e reservas internacionais elevadas), supondo a defesa da solvabilidade e robustez do sistema financeiro nacional. A gestão da política monetária visa, em primeiro lugar, assegurar os equilíbrios nominais da economia e tem sido, em alguns períodos, penalizadora da economia real (crescimento económico, rendimento per capita médio, exportações e importações, competitividade da economia) e não tem contribuído para a transformação estrutural da economia e maior equidade social. O Banco Central e os bancos comerciais têm financiado a galopante dívida pública interna em prejuízo das empresas e das famílias.

Finalmente, como explicar esta política monetária rígida e aparentemente contraditória na gestão dos seus instrumentos, ou mesmo incompetente e nefasta para a economia? Duas hipóteses ou uma combinação das duas: a primeira, a obsessão dogmática, teórica e metodológica, do primado da estabilidade para depois crescer com sacrifício dos cidadãos, utilizando instrumentos directos de gestão (taxas de juro e de câmbios); e/ou, a segunda, uma super cautela pelos riscos da economia (conflitos, COVID-19, imagem do país e consequências nas relações políticas, económicas e comerciais externas).

Termina-se com uma terceira hipótese não revelada (o “gato escondido”): as reservas externas e internas são elevadas para conseguir cobrir prováveis custos resultantes das dívidas ocultas (ou outras não conhecidas/ou ainda “ocultas”), custos da guerra em Cabo Delgado e o adiamento de receitas dos recursos gás e de outros recursos naturais *sine die*.

Por gentileza e respeito, não se colocam as hipóteses da incompetência ou da falta de soberania perante o Fundo Monetário Internacional.

Sugere-se que este trabalho seja aprofundado com outras secções de teoria e de métodos quantitativos, para testar algumas hipóteses acerca das relações e da importância da economia monetária sobre a economia real, como por exemplo, crescimento económico, exportações e importações, investimento público e privado, consumo entre outras.

LISTA DOS TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL			
Nº	Título	Autor(es)	Ano
109	Caracterização e organização social dos machababos a Partir de discursos de Mulheres raptadas	João Feijó	Abril de 2021
108	Moçambique e a Importação do Carapau: Um desafio sem Alterbativas (!)	Nelson Capaina	Março de 2021
107	Por Uma política Monetária Ajustada à Economia Real em Contexto de Crise: Humanidade e Sabedoria	Fáusio Mussá, Roberto Tibana, Inocência Mussipe Coordenador: João Mosca	Março de 2021
106	Comércio Externo e crescimento económico em Moçambique	João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Yulla Marques	Março de 2021
105	Macroeconomia das pescas em Moçambique	Nelson Capaina	Fevereiro de 2021
104	Influência de factores institucionais no desempenho do sector agrário em Moçambique	João Carrilho e Rui Ribeiro	Fevereiro de 2021
103	Evolução de preços e bens alimentares em 2020	Yulla Marques e Jonas Mbiza	Fevereiro de 2021
102	Contributo para o planeamento e Desenvolvimento de Cabo Delgado	João Mosca e Jerry Maquenzi	Fevereiro de 2021
101	Desenvolvimento socioeconómico de Cabo Delgado num contexto de conflito	João Feijó, António Souto e Jerry Maquenzi	Fevereiro de 2021
100	Caracterização do sector das pescas em Moçambique	Nelson Capaina	Janeiro de 2021
99	Dificuldades de Realização de Pesquisa em Moçambique	João Feijó	Setembro de 2020
98	Análise de conjuntura económica 2º trimestre de 2020	João Mosca	Setembro de 2020
97	Género e desenvolvimento: Factores para o empoderamento da mulher rural	Aleia Rachide Agy	Agosto de 2020
96	Micro-simulações dos impactos da COVID-19 na pobreza e desigualdade em Moçambique	Ibraimo Hassane Mussagy e João Mosca	Julho de 2020
95	Contributo para um debate necessário da política fiscal em Moçambique	João Mosca e Rabia Aiuba	Junho de 2020
94	Economia de Moçambique: Análise de conjuntura pré COVID-19	João Mosca e Rabia Aiuba	Junho de 2020
93	Assimetrias no acesso ao Estado: Um terreno fértil de penetração do jihadismo islâmico	João Feijó	Junho de 2020
92	Implementação das medidas de prevenção do COVID-19: Uma avaliação intercalar nas cidades de Maputo, Beira e Nampula	João Feijó e Ibraimo Hassane Mussagy	Junho de 2020
91	Secundarização da agricultura e persistência da pobreza rural: Reprodução de cidadanias desiguais	João Feijó	Maio de 2020
90	Transição florestal: Estudo socioeconómico do desmatamento em Nhamatanda	Mélica Chandamela	Abril de 2020
89	Produção bovina em Moçambique: Desafios e perspectivas – O caso da província de Maputo	Nelson Capaina	Março de 2020
88	Avaliação dos impactos dos investimentos nas plantações florestais da Portucel-Moçambique na província da Zambézia	Almeida Siteo e Sá Nogueira Lisboa	Março de 2020
87	Terra e crises climáticas: percepções de populações deslocadas pelo ciclone IDAI no distrito de Nhamatanda	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2020
86	“senhor, passar para onde?” Estrutura fundiária e mapeamento de conflitos de terra no distrito de Nhamatanda	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2020
85	Evolução dos preços dos bens essenciais de consumo em 2019	Rabia Aiuba e Jonas Mbiza	Fevereiro de 2020
84	Repensar a segurança alimentar e nutricional: Alterações no sistema agro-alimentar e o direito à alimentação em Moçambique	Refiloe Joala, Máriam Abbas, Lázaro dos Santos, Natacha Bruna, Carlos Serra, e Natacha Ribeiro	Janeiro de 2020
83	Pobreza no meio rural: Situação de famílias monoparentais chefiadas por mulheres	Aleia Rachide Agy	Janeiro de 2020
82	Ascensão e queda do PROSAVANA: Da cooperação triangular à cooperação bilateral contra-resistência / The rise and fall of PROSAVANA: From triangular cooperation to bilateral cooperation in counter-resistance	Sayaka Funada-Classen	Dezembro de 2020
81	Investimento público na agricultura: O caso dos centros de prestação de serviços agrários; complexo de silos da bolsa de mercadorias de Moçambique e dos regadios	Yasser Arafat Dadá, Yara Nova e Cerina Mussá	Novembro de 2019
80	Agricultura: Assim, não é possível reduzir a pobreza em Moçambique	João Mosca e Yara Nova	Outubro de 2019
79	Corredores de desenvolvimento: Reestruturação produtiva ou continuidade histórica. O caso do corredor da Beira, Moçambique	Rabia Aiuba	Setembro de 2019
78	Condições socioeconómicas das mulheres associadas na província de Nampula: Estudos de caso nos distritos de Malema, Ribaué e Monapo	Aleia Rachide Agy	Agosto de 2019
77	Pobreza e desigualdades em zonas de penetração de grandes projectos: Estudo de caso em Namanhumbir - Cabo Delgado	Jerry Maquenzi	Agosto de 2019
76	Pobreza, desigualdades e conflitos no norte de Cabo Delgado	Jerry Maquenzi e João Feijó	Julho de 2019
75	A maldição dos recursos naturais: Mineração artesanal e conflitualidade em Namanhumbir	Jerry Maquenzi e João Feijó	Junho de 2019

N°	Título	Autor(es)	Ano
74	Agricultura em números: Análise do orçamento do estado, investimento, crédito e balança comercial	Yara Nova, Yasser Arafat Dadá e Cerina Mussá	Maio de 2019
73	Titulação e subaproveitamento da terra em Moçambique: Algumas causas e implicações	Nelson Capaina	Abril de 2019
72	Os mercados de terras rurais no corredor da Beira: tipos, dinâmicas e conflitos.	Uacitissa Mandamule e Tomás Manhicane	Março de 2019
71	Evolução dos preços dos bens alimentares 2018	Yara Nova	Fevereiro de 2019
70	A economia política do Corredor da Beira: Consolidação de um enclave ao serviço do Hinterland	Thomas Selemane	Janeiro de 2019
69	Indicadores de Moçambique, da África subsaariana e do mundo	Rabia Aiuba e Yara Nova	Dezembro de 2018
67	Pólos de crescimento e os efeitos sobre a pequena produção: O caso de nacala-porto	Yasser Arafat Dadá e Yara Nova	Outubro de 2018
66	Os Sistemas Agro-Alimentares no Mundo e em Moçambique	Rabia Aiuba	Setembro de 2018
65	Agro-negócio e campesinato. Continuidade e descontinuidade de Longa Duração. O Caso de Moçambique.	João Mosca	Agosto de 2018
64	Determinantes da Indústria Têxtil e de vestuário em Moçambique (1960-2014)	Cerina Mussá e Yasser Dadá	Julho de 2018
63	Participação das mulheres em projectos de investimento agrário no Distrito de Monapo	Aleia Rachide Agy	Junho de 2018
62	Chokwé: efeitos locais de políticas Instáveis, erráticas e contraditórias	Máiriam Abbas	Maio de 2018
61	Pobreza, diferenciação social e (des) alianças políticas no meio rural	João Feijó	Abril de 2018
60	Evolução dos Preços de Bens alimentares e Serviços 2017	Yara Nova	Março de 2018
59	Estruturas de Mercado e sua influência na formação dos preços dos produtos agrícolas ao longo das suas cadeias de valor	Yara Pedro Nova	Fevereiro de 2018
58	Avaliação dos impactos dos investimentos das plantações florestais da Portucel-Moçambique nas tecnologias agrícolas das populações locais nos distritos de Ile e Namarrói, Província da Zambézia	Almeida Siteo e Sá Nogueira Lisboa	Novembro de 2017
57	Desenvolvimento Rural em Moçambique: Discursos e Realidades – Um estudo de caso do distrito de Pebane, Província da Zambézia	Nelson Capaina	Outubro de 2017
56	A Economia política do corredor de Nacala: Consolidação do padrão de economia extrovertida em Moçambique	Thomas Selemane	Setembro de 2017
55	Segurança Alimentar Auto-suficiência alimentar: Mito ou verdade?	Máiriam Abbas	Agosto de 2017
54	A inflação e a produção agrícola em Moçambique	Soraya Fenita e Máiriam Abbas	Julho de 2017
53	Plantações florestais e a instrumentalização do estado em Moçambique	Natacha Bruna	Junho de 2017
52	Sofala: Desenvolvimento e Desigualdades Territoriais	Yara Pedro Nova	Junho de 2017
51	Estratégia de produção camponesa em Moçambique: estudo de caso no sul do Save - Chókwe, Guijá e KaMavota	Yasser Arafat Dadá	Maio de 2017
50	Género e relações de poder na região sul de Moçambique – uma análise sobre a localidade de Mucotuene na província de Gaza	Aleia Rachide Agy	Abril de 2017
49	Criando capacidades para o desenvolvimento: o género no acesso aos recursos produtivos no meio rural em Moçambique	Nelson Capaina	Março de 2017
48	Perfil socio-económico dos pequenos agricultores do sul de Moçambique: realidades de Chókwe, Guijá e KaMavota	Momade Ibraimo	Março de 2017
47	Agricultura, diversificação e Transformação estrutural da economia	João Mosca	Fevereiro de 2017
46	Processos e debates relacionados com DUATs. Estudos de caso em Nampula e Zambézia.	Uacitissa Mandamule	Novembro de 2016
45	Tete e Cateme: entre a implosão do el dorado e a contínua degradação das condições de vida dos reassentados	Thomas Selemane	Outubro de 2016
44	Investimentos, assimetrias e movimentos de protesto na província de Tete	João Feijó	Setembro de 2016
43	Motivações migratórias rural-urbanas e perspectivas de regresso ao campo – uma análise do desenvolvimento rural em moçambique a partir de Maputo	João Feijó e Aleia Rachide Agy e Momade Ibraimo	Agosto de 2016
42	Políticas públicas e desigualdades sociais e territoriais em Moçambique	João Mosca e Máiriam Abbas	Julho de 2016
41	Metodologia de estudo dos impactos dos megaprojectos	João Mosca e Natacha Bruna	Junho de 2016
40	Cadeias de valor e ambiente de negócios na agricultura em Moçambique	Mota Lopes	Maio de 2016
39	Zambézia: Rica e Empobrecida	João Mosca e Yara Nova	Abril de 2016

Nº	Título	Autor(es)	Ano
38	Exploração artesanal de ouro em Manica	António Júnior, Momade Ibraimo e João Mosca	Março de 2016
37	Tipologia dos conflitos sobre ocupação da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2016
36	Políticas públicas e agricultura	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2016
35	Pardais da china, jatropa e tractores de Moçambique: remédios que não prestam para o desenvolvimento rural	Luis Artur	Dezembro de 2015
34	A política monetária e a agricultura em Moçambique	Máriam Abbas	Novembro de 2015
33	A influência do estado de saúde da população na produção agrícola em Moçambique	Luis Artur e Arsénio Jorge	Outubro de 2015
32	Discursos à volta do regime de propriedade da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Setembro de 2015
31	Prosavana: discursos, práticas e realidades	João Mosca e Natacha Bruna	Agosto de 2015
30	Do modo de vida camponês à pluriactividade impacto do assalariamento urbano na economia familiar rural	João Feijó e Aleia Rachide	Julho de 2015
29	Educação e produção agrícola em Moçambique: o caso do milho	Natacha Bruna	Junho de 2015
28	Legislação sobre os recursos naturais em Moçambique: convergências e conflitos na relação com a terra	Eduardo Chiziane	Maiço de 2015
27	Relações Transfronteiriças de Moçambique	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Abril de 2015
26	Macroeconomia e a produção agrícola em Moçambique	Máriam Abbas	Abril de 2015
25	Entre discurso e prática: dinâmicas locais no acesso aos fundos de desenvolvimento distrital em Memba	Nelson Capaina	Março de 2015
24	Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas	João Mosca	Fevereiro de 2015
23	Transportes públicos rodoviários na cidade de Maputo: entre os TPM e os My Love	Kayola da Barca Vieira Yasser Arafat Dadá e Margarida Martins	Dezembro de 2014
22	Lei de Terras: Entre a Lei e as Práticas na defesa de Direitos sobre a terra	Eduardo Chiziane	Novembro de 2014
21	Associações de pequenos produtores do sul de Moçambique: constrangimentos e desafios	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Outubro de 2014
20	Influência das taxas de câmbio na agricultura	João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Kátia Amreén Pereira	Setembro de 2014
19	Competitividade do Algodão Em Moçambique	Natacha Bruna	Agosto de 2014
18	O Impacto da Exploração Florestal no Desenvolvimento das Comunidades Locais nas Áreas de Exploração dos Recursos Faunísticos na Província de Nampula	Carlos Manuel Serra, António Cuna, Assane Amade e Félix Goia	Julho de 2014
17	Competitividade do subsector do caju em Moçambique	Máriam Abbas	Junho de 2014
16	Mercantilização do gado bovino no distrito de Chicualacuala	António Manuel Júnior	Maiço de 2014
15	Os efeitos do HIV e SIDA no sector agrário e no bem-estar nas províncias de Tete e Niassa	Luis Artur, Ussene Buleza, Mateus Marassiro, Garcia Júnior	Abril de 2015
14	Investimento no sector agrário	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Março de 2014
13	Subsídios à Agricultura	João Mosca, Kátia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Fevereiro de 2014
12	Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no "Os mitos por trás do ProSavana" de Natalia Finger mann	Sayaka Funada-Classen	Dezembro de 2013
11	Crédito Agrário	João Mosca, Natacha Bruna, Katia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2013
10	Shallow roots of local development or branching out for new opportunities: how local communities in Mozambique may benefit from investments in land and forestry exploitation	Emelie Blomgren e Jessica Lindkvist	Outubro de 2013

Nº	Título	Autor(es)	Ano
9	Orçamento do estado para a agricultura	Américo Izaltino Casamo, João Mosca e Yasser Arafat	Setembro de 2013
8	Agricultural Intensification in Mozambique. Opportunities and Obstacles—Lessons from Ten Villages	Peter E. Coughlin, Nícia Givá	Julho de 2013
7	Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA	Dipac Jaientilal	Junho de 2013
6	Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique	Elizabeth Alice Clements e Bernardo Mançano Fernandes	Mai de 2013
5	Contributo para o estudo dos determinantes da produção agrícola	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Abril de 2013
4	Algumas dinâmicas estruturais do sector agrícola.	João Mosca, Vitor Matavel e Yasser Arafat Dadá	Março de 2013
3	Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares.	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2013
2	Balança Comercial Agrícola: Para uma estratégia de substituição de importações?	João Mosca e Natacha Bruna	Novembro de 2012
1	Porque é que a produção alimentar não é prioritária?	João Mosca	Setembro de 2012

Como publicar:

- Os autores deverão endereçar as propostas de textos para publicação em formato digital para o *e-mail* do OMR (office@omrmz.org) que responderá com um e-mail de aviso de recepção da proposta.
- Não existe por parte do Observatório do Meio Rural qualquer responsabilidade em publicar os trabalhos recebidos.
- Após o envio, os autores proponentes receberão informação por *e-mail*, num prazo de 90 dias, sobre a aceitação do trabalho para publicação.
- O autor tem o direito a 10 exemplares do número do *OBSERVADOR RURAL* que contiver o artigo por ele escrito.

Regras de publicação:

- Apresentação da proposta de um tema que se enquadre no objecto de trabalho do OMR.
- Aprovação pelo Conselho Técnico.
- Submissão a uma revisão redactorial num prazo de sessenta dias, a partir da entrega da proposta de artigo pelo autor.
- Informação aos autores por parte do OMR acerca da decisão da publicação, por *e-mail*, com solicitação de aviso de recepção, num prazo de 90 dias após a apresentação da proposta.
- Caso exista um parecer negativo de um ou mais revisores, o autor tem a oportunidade de voltar uma vez mais a propor a edição do texto, desde que introduzidas as alterações e observações sugeridas pelo(s) revisore(s).
- Uma segunda proposta do mesmo texto para edição procede-se nos mesmos moldes e prazos.
- Um segundo parecer negativo tem carácter definitivo.
- O proponente do texto para publicação não tem acesso aos nomes dos revisores e estes receberão os textos para revisão sem indicação dos nomes dos autores.
- A responsabilidade de publicação é da Direcção do Observatório do Meio Rural sob proposta do Conselho Técnico, independentemente dos pareceres dos revisores.
- O texto não pode ter mais que 40 páginas em letra 11, espaço simples entre linhas, e 3 cm em todas as margens da página (cima, baixo lado e esquerdo e direito).
- A formatação do texto para publicação é da responsabilidade do OMR.



O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar
Maputo – Moçambique

www.omrmz.org